



PARA QUE SERVEM OS FILÓSOFOS?

Carlos Fernández Liria¹

Universidad Complutense de Madrid

Há um texto de Aristóteles que nos diz que o humano não está destinado a ser meramente um humano, que não devemos nos comportar como humanos somente por sermos humanos, nem como mortais somente por sermos mortais, mas que devemos buscar imortalizarmo-nos no divino que há em nós. Isto é, os seres humanos devem estar um pouco além do próprio ser humano. Devemos ser, como diria Nietzsche, um pouco super-homens. Assim, tal como dito por Aristóteles, não nascemos para nos limitarmos enquanto seres humanos, mas para nos assemelharmos aos deuses. Tudo isto nos fala da experiência mais importante que qualquer aluno e aluna precisa compreender sobre o que concerne à filosofia. Tal experiência nos diz que há algo *na* vida mais importante do que a vida em si mesma. Não nascemos apenas para sobreviver, também devemos viver e, como diria Aristóteles, viver uma boa vida. Ou, como de alguma maneira nos explicou Sócrates, devemos levar uma vida digna. A dignidade é essa “coisa” que vale mais do que a vida em si mesma. Ao longo da história, é possível encontrar muitas pessoas que renunciaram ou colocaram em risco a própria vida para não perder a dignidade. Isto nos indica que há coisas que não possuem preço, não podem ser medidas, não podem ser comparadas com outras coisas desta vida. Definitivamente, isto é o que chamamos de dignidade. Um ensinamento que a própria figura de Sócrates nos proporcionou, frente ao tribunal dos atenienses, ao dizer que ele mesmo não perderia mais do que a vida, já que o haviam condenado à morte, mas o tribunal que o condenara teria perdido algo muito mais importante do que a vida em si mesma. Perderam a dignidade, aquilo que faz com que a vida mereça ser vivida. Sócrates disse que sentia tristeza, vergonha e pena das

¹ Trata-se de parte da Conferência de Abertura do I Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão do Programa de Mestrado Profissional em Filosofia da UNESPAR *campus* de União da Vitória. Tradução: Thiago David Stadler.



pessoas do tribunal que seguiriam vivendo sem nenhum motivo para seguirem vivos. Ao fim e ao cabo, Sócrates apenas morreria e nem mesmo sabia se a morte era algo bom ou ruim.

Assim, a História da Filosofia não é mais do que uma reflexão sobre esta dupla perspectiva do humano: de um lado, enquanto seres naturais, materiais e finitos sabemos que a sobrevivência é fundamental, devemos a toda hora negociar com a natureza, com o metabolismo que nos permite viver; mas do outro lado, que também pertencemos, é o reino que nos diviniza, como diria Aristóteles, que nos converte um pouquinho em deuses: é o reino dos fins em si mesmos. São fins que perseguimos por si mesmos e não como meios para conseguir outros fins e nos esgotamos nos caminhos do mero sobreviver – atualmente, trabalhando, trabalhando e trabalhando para seguir trabalhando no dia seguinte. Aristóteles nos diria que esta não é uma vida propriamente humana. Seria uma vida muito próxima do reino natural, uma vida reduzida ao metabolismo de primatas, que também somos, para tão somente sobreviver na natureza. Mas os seres humanos estão destinados a finalidades mais elevadas. Para começar, o humano está destinado a ser livre e, enquanto livre, é capaz de produzir leis que irá obedecer, isto é, o humano pode ser, ao mesmo tempo, colegislador das leis que obedece. De tal modo que ao obedecer à lei, obedece a si mesmo e, portanto, não obedece mais do que a sua própria vontade. Assim, obedecer à lei e ser livre acabariam sendo a mesma coisa. Isto é o que Kant chamou de república: este lugar no qual os que obedecem à lei não obedecem nada além do que a si mesmos e, portanto, são livres. Este modelo de república aspirado por qualquer projeto político digno nos converteria em iguais, livres frente à lei. A lei se converteria em um tipo de gramática da liberdade e esta é a aspiração política mais importante oferecida através da História da Filosofia.

Tudo isto pode parecer utópico, mas é preciso dizer que a filosofia não é uma tarefa de sábios, loucos, distraídos ou que vivem no mundo da lua. Os filósofos também prestaram muita atenção nas condições materiais que poderiam tornar possível este projeto político republicano, um projeto de república no qual a obediência à lei é, ao mesmo tempo, a gramática da liberdade. Para tanto, é claro, são necessárias condições materiais para realizar tal projeto e, notadamente, foi o filósofo Marx quem prestou mais atenção à essa questão. No



entanto, esta preocupação é encontrada ao longo de toda a História da Filosofia. O fato é que não basta ser livre e igual frente à lei; também são necessárias as condições materiais que permitam ao cidadão fazer algo com a sua liberdade. Caso contrário, somos livres para nada. É preciso fazer algo com essa liberdade e, para isso, são fundamentais as condições materiais. Este aspecto do problema republicano foi chamado de *fraternidade* porque o que se esconde por debaixo da ideia de fraternidade é a ideia de independência civil. Isto quer dizer que os seres humanos não devem ter que pedir aos outros a permissão para existir. Os seres humanos não deveriam pedir permissão a nenhum outro humano tal como acontece quando um filho pede permissão ao seu pai, um escravo pede permissão ao seu amo, um servo pede permissão ao seu senhor ou, como infelizmente ainda acontece, uma esposa pede permissão ao seu marido. Faz falta uma emancipação material para que ocorra a independência civil da cidadania.

Assim, a ideia de fraternidade é uma boa metáfora porque irmãos são aqueles que não pedem permissão uns aos outros para poder existir. Portanto, o lema de todo projeto político republicano segue sendo o lema da própria Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Isto é, liberdade, igualdade e independência civil. Liberdade, igualdade e as condições materiais necessárias para se fazer algo com a liberdade e com a igualdade. O que faz com que todo este assunto fique confuso, é que sempre se considera que a Revolução Francesa foi uma unidade que triunfou e que deu o poder a uma nova classe social, a burguesia. Pois bem, não é assim. A única “parte” da Revolução Francesa que se colocou como uma revolução burguesa foi a Contra-Revolução. A Revolução Francesa foi um projeto político derrotado muito cedo, durou praticamente dois anos. No momento em que guilhotinaram Robespierre, triunfou, de alguma maneira, uma classe social que estava destinada a acabar com o projeto político da Ilustração e a substituí-lo por um projeto econômico mais potente, muito mais poderoso, mas criminoso e terrorista chamado de Colonialismo. Não tivemos Ilustração, tivemos Colonialismo. Esta foi a derrota da Revolução Francesa. Sempre afirmo que, de alguma maneira, a França foi o país que derrotou a Revolução Francesa.



Para mim isto significa que o projeto político da Ilustração, o que normalmente chamamos de Modernidade, nunca ocorreu, nunca se realizou verdadeiramente. Na verdade, o que realmente fizemos, foi interromper o projeto da Modernidade substituindo-o por uma nova Idade Média prolongada, na qual os senhores feudais se converteram naquilo que chamamos atualmente de grandes corporações econômicas, os mercados – como ficaram conhecidos na imprensa, na televisão, nos telejornais. Os mercados são novos macro poderes feudais porque, ao fim e ao cabo, são poderes privados que não têm nada a ver com o controle público e que, no entanto, possuem muito mais poder do que o suposto poder soberano do Parlamento, o poder legislativo – o que, de fato, seria o projeto político da Modernidade. Tal projeto era o da soberania de um poder legislativo no qual a obediência à lei e a liberdade coincidem em um mesmo ponto. Isto nunca chegou a acontecer. Isto quer dizer que longe de sermos pós-modernos ou pós pós-modernos, como muitos autores da atualidade dizem, eu diria que ainda esperamos pelo projeto político da Modernidade. Ainda esperamos que se realize verdadeiramente o projeto republicano que de alguma maneira se mostrava como germen, desde os tempos de Aristóteles e Platão, e que esteve a ponto de triunfar nas revoluções modernas, mas foi violentamente interrompido, violentamente interrompido a sangue e fogo, por uma classe social, a burguesia, que substituiu a Ilustração pelo Capitalismo. Assim, não se pode confundir, como muitas vezes os marxistas se confundiram, a Ilustração com o Capitalismo. A Ilustração também não é a superestrutura do modo de produção capitalista. A Ilustração estava posta para terminar com todo o império dos poderes selvagens e privados à margem da lei. Isto é, a Ilustração era um projeto para acabar com o Antigo Regime. No entanto, esta é a realidade que mais nos toca atualmente: poderes privados, completamente selvagens, à margem da lei. Poderes que funcionam nas franjas da legalidade, que possuem dinheiro nos paraísos fiscais, onde a lei não pode chegar, e, além disso, possuem mais poderes que os próprios Parlamentos. Ou seja, ainda vivemos na Idade Média. Uma nova Idade Média cheia de engenhocas eletrônicas, muito sofisticadas, mas seguimos na Idade Média.



Acredito que a Filosofia deveria ensinar-nos e recordar-nos a todo momento sobre isto: que ainda temos muito a fazer. Um verdadeiro poder legislativo no qual o conceito de lei e o conceito de liberdade coincidam. No fundo, era o que Kant tentou demonstrar em sua *Crítica da Razão Prática*: um livro que busca demonstrar que o conceito de lei e o conceito de liberdade são a mesma coisa. Isto ainda devemos realizar em nossa própria realidade. Este é o ensinamento que eu transmitiria e, por isso, estou muito feliz de transmiti-lo em uma Universidade pública. Que tenhamos Universidades onde possamos falar que estamos orgulhosos por ser uma instituição pública, pois é precisamente através do império do público onde começamos a realizar o verdadeiro projeto da Modernidade. Devemos, ao mesmo tempo, conservar tudo o que nos resta de instituições públicas neste mundo neoliberal que, uma vez mais, a sangue e fogo, está fazendo com que a Ilustração retroceda em todo o mundo.